

Câmara aprova reajustes para PGR, Executivo, Legislativo e Judiciário

Por Nathalia PassarinhoDo G1, em Brasília-A Câmara aprovou na madrugada desta quinta-feira (2) 14 projetos de reajustes salariais para servidores dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e para a Procuradoria-Geral da República, além de militares. As propostas seguem agora para análise do Senado.

A aprovação é resultado de um acordo entre a base governista e a oposição, pelo qual os deputados começaram a votar um pacote de 15 projetos de reajuste para o funcionalismo público federal. O acordo teve o aval do Palácio do Planalto, segundo informou o colunista Gerson Camarotti. Um dos projetos, de aumento para defensores públicos, deverá ser analisado só na próxima semana.

Uma proposta, das inicialmente previstas, não foi votada. É a que tratava de reestruturação de carreiras da Defensoria Pública da União. A análise do projeto foi adiada a pedido do próprio órgão.

Só para servidores do Judiciário, o reajuste vai variar entre 16,5% e 41,47%. Ministros do Supremo Tribunal Federal terão aumento de 16,38%, com o salário passando dos atuais R\$ 33.763 para R\$ 39.293,38. (leia mais detalhes abaixo).

A soma de todos os reajustes previstos nos 15 projetos pode gerar impacto de mais de R\$ 50 bilhões em quatro anos nas contas públicas.

A votação dos aumentos se dá em um momento em que o governo prevê um rombo de cerca R\$ 170 bilhões nas contas públicas para este ano.

Embora apoiem medidas de ajuste fiscal para reverter esse déficit, deputados governistas defenderam, no plenário da Câmara, a aprovação dos aumentos aos servidores.

Todos os projetos de reajuste foram apresentados no ano passado, após negociações entre as categorias e a equipe econômica da presidente afastada, Dilma Rousseff. Na sessão da Câmara desta quarta-feira, o deputado André Moura (PSC-SE), líder do governo de Michel Temer, defendeu as correções salariais, sob o argumento de que os aumentos estão previstos no Orçamento de 2016. Deputados petistas também se posicionaram a favor das propostas.

O primeiro projeto votado e aprovado pelo plenário foi o que concede reajuste entre 16,5% e 41,47% dos salários de servidores do Judiciário.

O valor será dividido em oito parcelas, a serem pagas em quatro anos. Na época em que a correção salarial foi acertada entre Judiciário e Executivo, no ano passado, o Ministério do Planejamento previu um impacto de R\$ 5,99 bilhões ao ano após o pagamento da última parcela.

Só neste ano, o impacto da proposta será de R\$ 1,1 bilhão. Perguntado nesta quarta sobre qual seria o custo da aprovação de todos os 15 projetos em pauta, o líder do governo, deputado André Moura (PSC-SE) afirmou, após hesitar por alguns instantes, que seria de R\$ 8,5 bilhões até 2019.

No entanto, só o projeto de lei 4.250 de 2015 dá reajuste a mais de 500 mil servidores do Executivo, com gasto de mais de R\$ 14,6 bilhões até 2019, conforme estimativa que consta da justificativa do texto, de autoria do então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Salário de ministros do STF

O segundo projeto aprovado pelo plenário da Câmara foi o que aumenta os salários de ministros do STF em 16,38%, dos atuais R\$ 33.763 para R\$ 39.293,38. O impacto anual da proposta

supera R\$ 710 milhões.

O custo adicional só considerando os 11 ministros do STF será R\$ 2,17 milhões por ano, segundo a previsão descrita no projeto. Mas a elevação do teto salarial tem um efeito cascata sobre as remunerações de todos os magistrados federais, como juízes federais e ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM). Assim, o impacto total chega a R\$ 717 milhões.

Salário PGR

Após aumentar o salário dos ministros, os parlamentares também reajustaram a remuneração do procurador-geral da República para o mesmo valor – R\$ 39.293,38. O reajuste também gera efeito cascata para procuradores federais. O impacto da proposta, previsto na justificativa, supera R\$ 258,6 milhões em 2016.

Ministério Público

A Câmara aprovou ainda projeto que reestrutura as carreiras de servidores do Ministério Público Federal e que também implica em aumentos salariais.

Segundo a assessoria técnica do DEM, o custo previsto só para 2016 é de R\$ 334 milhões. Em quatro anos, deve ultrapassar R\$ 1 bilhão.

Servidores do Senado e da Câmara

Já para os servidores do Senado e da Câmara foi aprovado reajuste de cerca de 20% em quatro anos – até 2019. O impacto não foi especificado nos projetos.

Servidores do Executivo

Para servidores do Executivo federal, foi aprovado projeto que reestrutura carreiras, cria gratificações e dá aumentos salariais. A justificativa da proposta, elaborada em 2015 pelo então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, diz que serão

beneficiados 195,5 mil servidores da ativa e 397,9 aposentados. A previsão de impacto é de cerca de R\$ 15 bilhões até 2019.

TCU

Também foi aprovado projeto que prevê reajustes a funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme o projeto, a estimativa de custo para 2016 é de R\$ 82,5 milhões; em 2017, é de R\$ 79,14 milhões; em 2018, o impacto é de R\$ 79,7 milhões; e em 2019 é de R\$ 78,3 milhões. Ou seja, em quatro anos, o impacto acumulado é de cerca de R\$ 320 milhões.

Defensor-geral da União

Os deputados aprovaram ainda reajuste que elevará o salário do defensor-geral da União para R\$ 39.293,38, equiparando a remuneração dele à de ministros do Supremo e do PGR.

Com o efeito cascata que o aumento dará para os demais defensores públicos da União, o impacto previsto para 2016 é de R\$ 159,6 milhões.

Professores

Foi aprovado projeto que aumenta em cerca de 20%, ao longo de quatro anos, os salários do magistério federal e de carreiras ligadas à área de Educação, como de servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O impacto orçamentário previsto no projeto é de R\$ 1 bilhão, em 2016, R\$ 5,2 bilhões, em 2017, R\$ 4,1 bilhões, em 2018, e de R\$ 4,5 bilhões, em 2019. Ou seja, o impacto em quatro anos é de R\$ 14,8 bilhões.

Agências reguladoras

Para servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de agências reguladoras, foram aprovados reajustes salariais a 24,4 mil servidores ativos, e 11,6 mil

aposentados. O custo para 2016 é de R\$ 118,6 milhões. Em 2017, é de R\$ 566,6 milhões. Em 2018, de R\$ 173,6 milhões. E em 2019, de R\$ 53,5 milhões. Em quatro anos, portanto, o impacto é de R\$ 912,6 milhões.

Militares do AP, RR e RO

A Câmara aprovou reajuste salarial a militares dos quadros de extintos territórios federais que hoje compõem Amapá, Roraima e Rondônia. O texto ainda institui a Vantagem Pecuniária Específica (VPE) da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Extintos Territórios Federais.

Conforme a justificativa da proposta, o impacto será de R\$ 162,5 milhões em 2016, R\$ 455,9 milhões em 2017, R\$ 530,4 milhões em 2018, R\$ 636 milhões em 2019 e nos exercícios subsequentes. Em quatro anos, o custo é de cerca de R\$ 1,79 bilhão.

Forças Armadas

Por fim, os deputados aprovaram reajuste de 25,5%, até 2019, dos salários de militares das Forças Armadas. Os percentuais serão os seguintes: 5,5% em 2016; 6,59% em 2017; 6,72% em 2018 e 6,28% em 2019. O reajuste terá impacto de R\$ 14 bilhões em quatro anos (até 2019).

Banco Central, AGU e outros

Os deputados aprovaram gratificações e aumentos a servidores de diferentes órgãos públicos, entre os quais Banco Central, IBGE, CVM, AGU e IPEA. A proposta alcança 20,7 mil servidores ativos e 42 mil aposentados. O impacto previsto na justificativa do texto é de R\$ 203,3 mil em 2016, de R\$ 972,8 em 2017, R\$ 1,16 bilhão em 2018 e R\$ 1,59 bilhão em 2019.

O texto prevê ainda que honorários de sucumbência pagos em processos que tenham a Advocacia-Geral da União como parte irão para os próprios advogados públicos e não para um fundo público, como ocorre atualmente. Os honorários de sucumbência

são os valores que a Justiça determina que a parte perdedora de um processo pague ao advogado da outra parte. O pagamento é fixado pelo juiz e varia de 10% a 20% sobre e sobre o valor da condenação.

Por O Globo

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br